

# INCENTIVOS

NEWSLETTER N.º 18 | 23 DE FEVEREIRO DE 2010

www.vidaeconomica.pt

Entrevista à "Vida Económica" do novo presidente da Aimmap:

## As empresas têm de estar permanentemente a investir para serem competitivas

Existe um problema de globalização desregulada que põe em causa a sustentabilidade da indústria - afirma Aníbal Campos. Em entrevista à "Vida Económica", o novo presidente da Aimmap, Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos de Portugal, aponta como exemplo o facto de alguns produtos portugueses serem taxados a 60% no Brasil, enquanto que os produtos equivalentes brasileiros só pagam 4% para entrar em Portugal.

Dando continuidade à acção de António Saraiva, que assumiu em Janeiro a presidência da CIP, Aníbal Campos acredita no potencial da indústria metalúrgica e metalomecânica e vê oportunidades de investimento na actividade industrial. Considera o QREN demasiado complicado para a maioria das empresas e afirma haver



inúmeras oportunidades de inovação, mesmo para as empresas de pequena dimensão. A Silampos, empresa que dirige, tem produtos com qualidade e design reconhecidos nos mercados da exportação.

[Ver artigo completo](#) ➔

**Apoios ao emprego:**

### Redução da taxa contributiva é aplicada desde Janeiro

Nos termos de portaria publicada no Diário da República, é aplicada desde o passado dia 1 de Janeiro a redução em 1% da taxa contributiva para a Segurança Social, a cargo das entidades empregadoras do sector privado, relativamente a cada trabalhador ao seu serviço que tenha auferido, pelo menos num dos meses do último semestre de 2009, remuneração de montante igual ao salário mínimo (450 euros).

O direito à redução da taxa contributiva está sujeito, cumulativamente, à verificação das seguintes condições:

- o trabalhador estar vinculado à entidade empregadora beneficiária por contrato de trabalho sem interrupção desde 2009;
- o trabalhador ter auferido, pelo menos num dos meses do último semestre de 2009, remuneração igual ao valor do salário mínimo;
- a entidade empregadora ter a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Importa ter presente que a redução da taxa contributiva é ainda aplicável às entidades empregadoras cujos trabalhadores tenham auferido em 2009, por força da aplicação de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, valores superiores ao salário mínimo, até 475 euros, e cujo aumento em 2010 seja, pelo menos, de 25 euros.

A redução da taxa contributiva reporta-se às contribuições referentes à declaração das remunerações devidas nos meses de Janeiro a Dezembro de 2010, nas quais se incluem os valores devidos a título de subsídio de férias e de Natal.

[Ver artigo completo](#) ➔

**Apoio à economia social:**

### Governo cria programa de microcrédito

Foi aprovado em Conselho de Ministros o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES), que contém um conjunto de medidas de estímulo ao desenvolvimento da economia social, visando elevar a prestação de serviços de apoio social que as respectivas entidades prestam às pessoas.

De acordo com o Governo, este Programa vai permitir que as entidades que integram o sector social da economia, como as cooperativas, as instituições particulares de solidariedade social, as misericórdias, as mutualidades, bem como as associações de desenvolvimento local, reforcem a sua intervenção na criação de emprego e empreendedorismo entre as pessoas com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e melhorem as qualificações dos seus dirigentes e quadros.

[Ver artigo completo](#) ➔

## Índice

Programação Cultural em Rede..	2
Eventos.....	2
Dicas & Conselhos .....	3
Notícias .....	4
Apoios Regionais.....	8
Perguntas & Respostas .....	10
Legislação.....	10
Agenda.....	10
Indicadores Conjunturais .....	11

## Execução do QREN em 2009 ficou nos 10%

O nível global de execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) ficou nos 10% em 2009. O dado é avançado pelo próprio ministro da Economia, Vieira da Silva, que justifica a baixa percentagem com a actual conjuntura, que "levou muitas empresas a abandonarem os seus projectos de investimento".

Vieira da Silva revela que o nível global de execução se situou nos 10%, depois de ter atingido os 14% no último trimestre do ano, citando valores do observatório dos fundos comunitários. O ministro reconhece que "o QREN tem dificuldades de execução, nunca o negámos", mas destaca que Portugal não é, nessa matéria, caso único, já que o mesmo sucede noutros países europeus.

"Temos a certeza que o QREN será um instrumento fundamental para ajudar a impulsionar as exportações e a economia nacional", acrescenta.



[Ver artigo completo](#) ➔

## Rede de Equipamentos Culturais: Programação Cultural em Rede

Está a decorrer até ao próximo dia 26 de Março o período de apresentação de candidaturas para Programas de Acção que contemplem cumulativamente programação em rede envolvendo pelo menos três teatros, actividades de serviço educativo e de formação de públicos. Supletivamente, podem também ser consideradas acções de co-produções e/ou inclusão na programação de espectáculos de Teatros Nacionais, da Fundação Centro Cultural de Belém, do Organismo de Produção Artística, E.P.E., da Fundação Casa da Música e das estruturas apoiadas pela Direcção Geral das Artes e, bem assim, acções de descentralização através da itinerância noutros equipamentos.

Este tipo de apoio visa contribuir para melhorar o acesso público à fruição das actividades culturais e à participação das artes do espectáculo no processo de construção e aprofundamento da cidadania, pretendendo-se com a Programação Cultural em Rede, promover uma programação descentralizada que contribua para um ordenamento cultural mais equilibrado do território, de forma a reduzir as assimetrias regionais quanto ao acesso e à fruição das artes.

<b>Taxa Máxima de Incentivo</b>	60% do investimento elegível
<b>Montante máximo anual de financiamento FEDER por entidade envolvida e por Programa de Acção</b>	- 150.000 € para os Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro e Alentejo; - 100.000 € para o Programa Operacional Regional de Lisboa.

Podem candidatar-se aos apoios:

- Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas, desde que proprietários ou gestores de teatros e cineteatros;
- Fundações, associações e outras entidades sem fins lucrativos, desde que proprietárias ou gestores de teatros e cineteatros ou desde que constituídas por entidades proprietárias ou gestoras de teatros e cineteatros;
- Outras entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas ou municipais, detidas pelo Estado ou pelas autarquias, que tenham como objecto principal o desenvolvimento de actividades culturais, desde que proprietários ou gestores de teatros e cineteatros.



Com uma dotação orçamental global de 6.000.000 euros, o presente Concurso abrange as regiões NUTS II do Norte, Centro, Lisboa e Alentejo.

O financiamento das operações assume a forma de ajuda não reembolsável.

As candidaturas devem ser formalizadas pela Internet, através de formulário electrónico disponível nas páginas das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais atrás indicados, devidamente preenchido e acompanhado pelo Programa de Acção e respectivo orçamento e demais documentação necessária à sua completa instrução.

Além de outras condições especificadas no Aviso de Abertura do Concurso e no Regulamento Específico, o Programa de Acção a apresentar na candidatura deverá abranger, no mínimo, 2 e no máximo 3 anos de programação.

A comunicação da decisão relativa ao pedido de financiamento é efectuada até ao dia 28 de Maio de 2010.

O prazo máximo para a execução das operações é de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato de financiamento ou da data da primeira factura para os programas já iniciados.

Aviso



Orientação Técnica



CrITÉrios de Selecção



## EVENTO

### CAFÉ DOGLIONI DEBATE DESEMPREGO NO ALGARVE

**Data:** 25 de Fevereiro de 2010

**Local:** Palácio Doglioni, Rua do Lethes, 32, Faro - Entrada livre

O desemprego, na região algarvia atravessa a maior crise dos últimos 20 anos. É necessário encontrar soluções e medidas especiais de combate ao desemprego e promoção do emprego na região. Quem o diz é o coordenador da União de Sindicatos do Algarve (UGT), António Goulart que com o consultor António Oliveira das Neves irão debater dia 25 de Fevereiro o tema "Emprego e Desemprego", no terceiro Encontro do "Café Doglioni", no renovado Palácio Doglioni.

A iniciativa pretende identificar novos caminhos e oportunidades de trabalho em particular nos sectores da construção e do turismo, os mais afectados pela crise.

António Goulart é o coordenador da União de Sindicatos do Algarve, afecta à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) e defende um conjunto de medidas de combate ao Desemprego no Algarve para relançar a Economia. António Oliveira das Neves é economista, pós graduado em Políticas e Gestão de Recursos Humanos, consultor e especialista em avaliação de políticas públicas e formação. Em 2009 editou o livro "Intervenção do FSE e Desenvolvimento do Potencial Humano 2000-2006".

O evento organizado pela CCDR Algarve com o apoio do PO Algarve 21, pretende promover um espaço de tertúlia sobre variados temas da actualidade.

Fonte: <http://www.ccdr-alg.pt>

## Dicas & Conselhos

### MODERNIZAÇÃO DE RESTAURANTES

Tenho um restaurante em Fafe e quero modernizá-lo, com a instalação de três plamas, novas vitrinas frigoríficas e a criação de uma sala para fumadores, onde penso gastar 55.000,00 EUROS.

Posso candidatar-me ao programa Microinvest?

#### RESPOSTA

Em tempos houve um programa específico de apoio à modernização de restaurantes, o PROREST, mas terminou, não se prevendo a sua reabertura a curto prazo.

Os programas Microinvest e Invest+ não são aplicáveis ao vosso caso, porquanto constituem linhas de crédito de apoio à criação de empresas que integram o recém-criado PAECPE - Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego e que têm como destinatários:

- Desempregados inscritos há 9 meses ou menos, em situação de desemprego involuntário ou inscritos há mais de 9 meses, independentemente do motivo da inscrição;
- Jovens à procura do 1º emprego com idade entre os 18 e os 35 anos, inclusive, com o mínimo do ensino secundário completo ou nível 3 de qualificação

ou a frequentar um processo de qualificação conducente à obtenção desse nível de ensino ou qualificação, e que não tenham contrato de trabalho sem termo;

- Quem nunca tenha exercido actividade profissional por conta de outrem ou por conta própria;
- Trabalhador independente cujo rendimento médio mensal, no último ano de actividade, seja inferior à retribuição mínima mensal garantida.

O QREN é demasiado selectivo e exigente para que o vosso projecto de investimento seja aprovado.

Assim, restar-vos-á fazer uma candidatura à Linha de Crédito PME INVEST IV - Linha Específica Micro e Pequenas Empresas, desde que cumpram os requisitos exigidos e que são os seguintes:

- Ter CAE 56 (Restauração);
- Ser micro ou pequena empresa e com volume de negócios inferior a 10 milhões de euros;
- Ter situação líquida positiva no último exercício e resultados líquidos positivos em dois dos últimos quatro exercícios, ou dois anos de resultados positivos se apenas tiver menos de quatro exercícios aprovados;

- Não ter incidentes não justificados junto da banca e/ou situação regularizada na Administração Fiscal ou na Segurança Social;
- Não ter dívidas perante o IAPMEI, a PME Investimentos, o Finova e as SGM;
- Não apresentar mais do que uma candidatura.

Outras características da linha de crédito são as seguintes:

- Taxa de juro a suportar - a taxa de juro a suportar pelas empresas candidatas à linha de crédito tem um valor mínimo de 1,5 %, sendo que para as Micro e Pequenas Empresas a Euribor a 3 meses é deduzida de 0,25%;
- Incentivo público - bonificação de juros (diferencial entre a taxa de juro aplicável à operação e a taxa de juro suportada pela empresa) e pagamento integral da comissão de garantia mútua.
- Montantes - o montante máximo por operação para as Micro Empresas é de 25.000,00 euros e para as Pequenas Empresas é de 50.000,00 euros;
- Elegibilidade das operações: são apenas elegíveis operações de financiamento destinadas a reforço dos capitais

permanentes, a ser aplicado em investimentos em Capital Fixo ou Fundo de Maneio.

- Operações não elegíveis: não são elegíveis as operações com:
  - Reestruturação financeira e/ou consolidação de crédito vivo;
  - Substituição de forma directa ou indirecta, ainda que em condições diversas, de financiamentos anteriormente acordados com o Banco protocolado;
  - Substituição de forma directa ou indirecta, ainda que em condições diversas, de financiamentos anteriormente acordados com o Banco protocolado;
  - Aquisição de activos financeiros, terrenos, imóveis, viaturas e bens em estado de uso;
  - Operações financeiras que se destinem a actividades relacionadas com a exportação para países terceiros e Estados-Membros, nomeadamente a criação e funcionamento de redes de distribuição.

Colaboração: Sibec - Soc. Ibérica de Economia - [www.sibec.pt](http://www.sibec.pt)



Vai aprender que inovar é fazer aquilo que o seu concorrente ainda não fez.  
Comprar este livro, por exemplo

#### LIVRO INOVAÇÃO EMPRESARIAL NO SÉCULO XXI

Conheça as estratégias mais inovadoras do momento para desenvolver o seu negócio. Um livro da autoria de Praveen Gupta, com a colaboração do Prof. Luís Reis, Administrador Executivo e COO da Sonacom.

Uma obra a não perder. Encomende Já.

## Notícias

### TURISMO

#### TURISMO CAPITAL LANÇA FUNDO DE REFORÇO DA ESTRUTURA FINANCEIRA

As empresas do sector do turismo contam com um novo instrumento de apoio com origem em capitais de risco públicos. No caso, trata-se do Fundo de Capital de Risco: "Dinamização Turística", gerido pela sociedade Turismo Capital, do Instituto de Turismo de Portugal.

Este fundo conta com uma dotação inicial de 50 milhões de euros e está vocacionado para a aquisição, por período de tempo limitado, de instrumentos de capital próprio e alheio, afectos à actividade turística.

O financiamento "destina-se a empresas do sector do turismo com potencial de desenvolvimento, ainda que carecendo temporariamente de reforço da sua estrutura financeira, que necessitem da entrada de capitais próprios para expansão da sua actividade e modernização, ou lançamento de novas unidades", referiu Ana Mendes Godinho, da Turismo Capital.

O fundo, apresentado a empresários do Norte, é detido em 60% pelo Turismo de Portugal, cabendo 25% ao BPI e 15% aos BES. Na ocasião, a mesma responsável referiu que será dada preferência "a projectos alinhados com os 10 produtos estratégicos do PENT [Plano Estratégico Nacional do Turismo]" e respectivos pólos de desenvolvimento regionais.



A participação do capital de risco no capital social da empresa "será sempre minoritário", na ordem dos "20 a 30%", mas "sem um montante máximo definido". Por outro lado, o "prazo médio de permanência" da SCR no capital social é de 10 anos. "A média de permanência ronda os oito anos", referiu.

Alexandre Seara, gestor do fundo, deu a conhecer as suas linhas mestras. Após a apresentação do projecto, será feita "uma análise preliminar em duas a três semanas", estimando-se um período máximo "de dois a três meses" entre a entrada do projecto e a sua concretização, com a assinatura do respectivo acordo parassocial.

Aquele responsável deu um especial enfoque à apresentação do plano de negócios, o qual determinará a boa aprovação do projecto.

[ver artigo completo](#) ➔

#### Rectificação

##### RECTIFICAÇÃO "TURISMO 2015"

O título da entrevista com o presidente do Turismo de Portugal publicada na última edição - "Candidaturas colectivas no programa 'Turismo 2015' com dotação de 15,8 milhões" - pode induzir os leitores em erro, ao não especificar

que esta verba tem como potenciais destinatários candidaturas oriundas dos vários pólos de competitividade e não apenas do turismo, como se pode aferir da leitura da mesma entrevista. Aqui fica o esclarecimento.

#### CENTRO E NORTE LIDERAM CANDIDATURAS A FUNDOS COMUNITÁRIOS DO TURISMO

Nos concursos cujas candidaturas decorreram entre finais de 2009 e 1 de Fevereiro de 2010, as regiões Centro e Norte representam, no seu conjunto, quase 80% das candidaturas aos Sistema de Incentivos à Inovação do QREN, no âmbito do Turismo. Até 2013, os agentes do referido sector poderão receber até 600 milhões de euros em incentivos ao abrigo deste quadro de apoio.

As candidaturas de empresas do sector turístico a financiamento comunitário, para estímulo ao empreendedorismo e à inovação, quase duplicaram na última fase de concursos em relação aos valores habitualmente atingidos. De acordo com dados do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, a que a "Vida Económica" teve acesso, no total, foram apresentadas 152 candidaturas, o que constitui o número mais elevado de sempre para processos associados ao Sistema de Incentivos à Inovação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) neste sector.

Nos concursos, cujas candidaturas decorreram de finais de Novembro de 2009 a 1 de Fevereiro, as regiões Centro (62 candidaturas) e Norte (56 candidaturas) originaram, no seu conjunto, quase 80% das candidaturas aos dois concursos. As empresas sediadas no Alentejo apresentaram 19 candidaturas, as do Algarve nove e as de Lisboa seis.

Segundo informação do ministério que tutela o Turismo de Portugal, "cerca de um terço (46 projectos) do total de candidaturas tiveram origem em promotores sediados nos Pólos de Desenvolvimento Turístico". O Pólo da Serra da Estrela lidera essa lista, tendo sido submetidos 12 projectos, seguindo-se os Pólos Leiria-Fátima (10 candidaturas), Douro (nove projectos), Oeste (seis candidaturas), Terras do Grande Lago - Alqueva (cinco projectos candidatos) e Alentejo Litoral (com quatro candidaturas apresentadas). "Para este aumento terá contribuído a criação, por intervenção do Turismo de Portugal, de mecanismos específicos para apoio de fundos comunitários a investimentos no sector turístico, no âmbito do QREN. Além disso, o



Instituto intensificou também, no último mês, acções de divulgação destes mecanismos de acesso a fundos comunitários inseridos no Pólo de Competitividade 'Turismo 2015', realizando sessões por todo o País onde, no conjunto, participaram mais de mil empresários", afirma à "Vida Económica" fonte do Turismo de Portugal.

[Ver artigo completo](#) ➔

## Notícias

### CAPITAL DE RISCO

#### INDÚSTRIAS "CLEANTECH" E EMPRESAS TRADICIONAIS INOVADORAS SÃO AS APOSTAS DO CAPITAL DE RISCO

A entrada de novos operadores e fundos no mercado faz prever a continuação do crescimento sustentado do "private equity" em 2010. Ciências da vida, comunicações, energia, ambiente e electrónica de consumo serão alguns dos sectores de investimento prioritário. Várias entidades que actuam na actividade de Capital de Risco (CR) revelaram à "Vida Económica" quais os resultados registados em 2009, as tendências para 2010 e apresentaram «dicas» para os empreendedores conseguirem melhores resultados na preparação e apresentação dos seus projectos.

"O capital de risco e o 'private equity' continuarão a privilegiar os objectivos de desenvolvimento social e económico, associados, entre outras, a preocupações ao nível da inovação, competitividade e de criação de riqueza".

Segundo Paulo Caetano, secretário-geral da Associação Portuguesa de Capital de Risco e Desenvolvimento (APCRI), o capital de risco e o "private equity" assumem-se "claramente" como "um parceiro empresarial, que contribui para a diminuição das limitações relativas à reduzida capitalização e para o reforço da capacidade de gestão".



Por sua vez, João Fernandes, vice-presidente da InovCapital, revelou que a sociedade verificou "uma tendência de redução na vertente de venda de participações, factor que levou a uma menor rotação das carteiras de capital de risco". Contudo, "acreditamos que com uma maior sustentabilidade da conjuntura económica nacional o sector também irá relançar a sua actividade nesta vertente".

[Ver artigo completo](#) ➔

#### INEGI E MGI FIRMAM PARCERIA PARA APOIAR PME INDUSTRIAIS

O INEGI e a MGI Consulting celebraram um protocolo de cooperação para o desenvolvimento de projectos conjuntos na área da consultoria a empresas, sobretudo PME industriais, com uma componente financeira e tecnológica.

Segundo António Pinto da Rocha, sócio da MGI Consulting, esta parceria pretende contribuir "para atenuar o afastamento entre a investigação/inovação e o tecido empresarial". Por força das áreas em que a MGI intervém e das ligações internacionais

que possui, as PME poderão obter "um conhecimento mais fácil dos mercados internacionais".

Segundo aquele especialista, "é importante que os empresários e as sociedades que operam nessa área criem um clima diferente no que diz respeito à utilização do capital de risco, que se pode assumir, de forma clara, como um bom instrumento de reforço dos capitais próprios".

[Ver artigo completo](#) ➔

#### CAPITAL DE RISCO CONTRA DIRECTIVA SOBRE GESTÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

A indústria do capital de risco mostra-se apreensiva com a proposta de Directiva sobre a Gestão de Fundos de Investimento Alternativos apresentada pela Comissão Europeia em 2009, referindo que esta "inibirá o potencial da indústria para suportar o crescimento de empresas e criará distorção no mercado, agravando a escassez de capital para a economia europeia".

Segundo Paulo Caetano, secretário-geral da Associação Portuguesa de Capital de Risco e de Desenvolvimento (APCRI), em Abril de 2009, a Comissão Europeia publicou uma proposta de directiva que tem como principais objectivos controlar riscos sistémicos e assegurar aos investidores protecção e transparência.

"O problema é que, enquanto o 'memorandum' reconhecia as diferenças entre os diversos tipos de fundos e riscos associados, a directiva não tem em conta essas disparidades". Como consequência, "a directiva irá impor disposições indiferenciadas, que são na sua maioria dirigidas à indústria de 'hedge funds', o que apresentaria um resultado inapropriado, injusto e desproporcional no sector de capital de risco", afirma.

[Ver artigo completo](#) ➔

### Breves

#### POPH ABRE PERÍODO DE CANDIDATURAS

Estão abertas, desde meados de Fevereiro, as candidaturas ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH) no âmbito da Qualificação Inicial e no âmbito da Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social.

O prazo para candidaturas decorre até 15 de Março e compreende "Acções de formação e iniciativas de sensibilização dirigidas a públicos estrangeiros no domínio do acolhimento e integração dos emigrantes", assim como "Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF)", "Cursos de Especialização Tecnológica (CET)" e "Sistema de Aprendizagem".

[Públicos estrangeiros](#)



[CEF, CET e Sistema de Aprendizagem](#)



#### COMÉRCIO LOCAL PODE CANDIDATAR-SE A APOIOS

Os empresários podem candidatar-se à quinta fase do Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio (MODCOM) até 12 de Março. Este sistema está dividido em três acções, duas delas destinadas a investimentos a partir de 7500 euros de micro e pequenas empresas.

Os principais objectivos do MODCOM são «modernizar e revitalizar a actividade comercial, em especial em centros de comércio com predomínio do comércio independente de proximidade, em zonas urbanas ou rurais, bem como promover acções dirigidas ao comércio».

A taxa de incentivo não reembolsável dos projectos aprovados principia nos 45% para investimentos acima dos 7500 euros.

Para uma informação mais detalhada, siga estes links:

[- Ficha MODCOM 5ª Fase](#)

[- Formulários de candidatura 5ª Fase](#)

[- Guia do Beneficiário MODCOM](#)

## Notícias

### CONFERÊNCIA EM LEIRIA SOBRE COMPETITIVIDADE DAS PME NO MERCADO INTERNACIONAL:

#### “COOPERAÇÃO ENTRE O PODER POLÍTICO E AS EMPRESAS É IMPORTANTE”

considera Leonel Costa, presidente da Cefamol

«Estamos a viver momentos particularmente difíceis e complexos, mas, também extraordinariamente desafiantes. É nestes momentos que temos de aplicar todas as nossas energias e saberes da forma mais inteligente e apropriada que conseguirmos», afirmou Leonel Costa, presidente da Cefamol - Associação Nacional da Indústria de Moldes, durante o Jantar Conferência sobre Competitividade das PME no Mercado Internacional, recentemente realizado em Leiria.

Leonel Costa destacou na ocasião a importância da «cooperação entre o poder político e o tecido empresarial». Não sem antes chamar a atenção para a necessidade de as empresas nacionais se afirmarem nos mercados internacionais e as dificuldades que sentem em cumprirem esse objectivo.



«Todos conhecemos as principais condicionantes da nossa afirmação nos mercados internacionais, todos sabemos quais os argumentos centrais da nossa competitividade, todos estão despertos para a necessidade de uma especial relação do binómio qualidade/preço da nossa oferta.»

O presidente da Cefamol aproveitou o momento para salientar a importância do contributo do Estado. «Desde há muito que temos relevado de forma enfática a importância crucial de o país dispor de uma diplomacia económica forte, dinâmica e estruturada de acordo com as potencialidades diferenciadas de cada um dos mercados externos a explorar.»

[ver artigo completo](#) ➔

### Aquisição de empresas em situação económica difícil: QUAIS OS INCENTIVOS PARA 2010?

A proposta de Orçamento de Estado para 2010 contempla a possibilidade de aplicação aos processos aprovados pelo IAPMEI no âmbito do sistema de Incentivos à Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial (SIRME) do regime de dedução dos prejuízos fiscais no âmbito dos processos aprovados pelo Gabinete de Coordenação para a Recuperação de Empresas (GACRE).

Com esta proposta visa-se alargar àqueles dois campos a faculdade de dedução ao lucro tributável das sociedades dos prejuízos fiscais (que têm que ocorrer nos cinco exercícios anteriores ao início da aplicação do regime) resultantes da aquisição do capital de sociedades que se encontrem em situação económica difícil.

[ver artigo completo](#) ➔

### GOVERNO DIMINUI INCENTIVO À PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE

A aprovação do OE para 2010 nos termos em que o mesmo foi apresentado, apesar de permitir maiores deduções fiscais ao nível da preservação do ambiente, também os limita a períodos de 4 anos.

De facto, as deduções ambientais vão ser autonomizadas num artigo próprio, art. 85.º-A, e abrangerão não só os equipamentos adquiridos ao nível de energias renováveis, e veículos movidos exclusivamente a energia eléctrica ou outras energias renováveis não combustíveis, mas também a todos os materiais e equipamentos que melhorem a qualidade térmica dos edifícios, como por exemplo a instalação de vidros duplos.

Porém, existe também agora uma limitação significativa, uma vez que a partir do OE para 2010 o incentivo fiscal apenas poderá ser utilizado de 4 em 4 anos, ou seja, enquanto que até agora o limite existente poderia ser utilizado todos os anos (30% dos custos com limite de 796 euros em 2009, por exemplo) a partir do OE para 2010 os 30% das importâncias dispendidas com limite de 803 euros vai ter que ser utilizado em 4 anos.

Assim sendo, temos uma redução para 1/4 do incentivo à preservação do ambiente e da qualidade de vida.

### CONCURSO DE DESIGN DO PORTUGAL FASHION JÁ TEM 10 FINALISTAS

O Concurso de Design de Moda do Portugal Fashion já seleccionou os primeiros 10 finalistas. Os jovens designers terão agora que produzir um coordenado, cuja avaliação deverá ditar a selecção dos quatro vencedores finais. Os novos talentos apurados terão a oportunidade de integrar a próxima edição do Portugal Fashion, através do desfile «Jovens Criadores».

Andreia Filipa Oliveira, Andreia Gri-lo, Elena Musteata, Fernando Lopes, Hugo Veiga, Joana Marques, Joana Matos, Luciana Teixeira, Luís Carvalho e Marco Godinho são os 10 finalistas seleccionados pelo júri, que a partir deste momento serão avaliados pelos seguintes critérios: tecidos e materiais propostos; criatividade aplicada nos coordenados; sentido comercial dos trabalhos apresentados; e potencial relação com a indústria têxtil e de vestuário.

Os quatro primeiros classificados no concurso têm entrada directa na segunda fase do Programa Aliança, designada por «Parcerias com a Indústria». Esta etapa compreende um conjunto de benefícios, designadamente a participação no Portugal Fashion, incentivos financeiros de apoio à criação e meios de divulgação das colecções.



[Ver artigo completo](#) ➔

## Notícias

### AGRICULTURA

#### GOVERNO APOIA AGRICULTORES QUE FOMENTEM A PROTECÇÃO DO AMBIENTE

O Ministério da agricultura aprovou, através do [Despacho Normativo n.º 2/2010, de 29 de Janeiro](#), um conjunto de medidas com o objectivo de apoiar tipos específicos de agricultura importantes para a protecção ou a valorização do ambiente, mediante a manutenção de sistemas pecuários baseados em raças autóctones, a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas e tipos de agricultura economicamente vulneráveis do sector dos produtos lácteos.

No caso do apoio aos tipos de agricultura importantes para a valorização do ambiente, podem candidatar-se os criadores de bovinos, ovinos e caprinos das seguintes raças autóctones: Raças bovinas (Alentejana e Mertolenga); Raças ovinas (Serra da Estrela e Churra da Terra Quente); e Raças caprinas (Serrana). Aos criadores destas raças é atribuído um pagamento complementar anual às fêmeas exploradas em linha pura e inscritas no Livro de Adultos até 1 de Junho.



Ao apoio específico à melhoria da qualidade dos produtos agrícolas podem candidatar-se, nos sectores das culturas arvenses e do arroz, da carne de bovino, ovino e caprino e do tomate para transformação, os agricultores que comercializem produção (ou a entreguem para transformação, no caso do tomate) enquadrável nos parâmetros de qualidade definidos no anexo I do Despacho Normativo 2/2010, através de organizações de produtores reconhecidas, e, no caso do trigo duro, os agricultores que utilizem semente certificada de variedades reconhecidas como de alta qualidade para o fabrico de sêmola e de massas tradicionais numa quantidade mínima de 150 kg/ha. Podem, por seu lado, candidatar-se aos pagamentos complementares ao azeite e azeitona de mesa os agricultores que o(a) produzam no âmbito de cadernos de especificações de produtos DOP (Denominação de Origem Protegida) ou IGP (Indicação Geográfica Protegida) e cuja produção seja transformada por operadores reconhecidos. O apoio é pago anualmente sob a forma de pagamentos complementares, sendo estes efectuados por tonelada, no caso das culturas arvenses, arroz, azeite e azeitona de mesa e do tomate para transformação, e por cabeça de animal abatido no caso dos sectores da carne de bovino e da carne de ovino e caprino.

[Ver artigo completo](#) ➔

#### PRODER NÃO RESPONDE ÀS REAIS NECESSIDADES DO REGADIO NACIONAL

O presidente da Associação dos Produtores de Milho explicou à "Vida Económica" que o regadio é "um factor estratégico para o desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura e do mundo rural português".

Os produtores de milho estão contra os "constantes ataques desencadeados contra o sector cerealífero nacional", traduzidos no "fim do apoio à electricidade verde", na "suspensão das medidas agro-ambientais" e na "falta de adaptação do PRODER às reais necessidades do regadio nacional".

A produção de milho representa em Portugal, no caso de milho grão, cerca de 110 milhões de euros e, no caso da produção de leite, na qual

a silagem de milho é a base da alimentação dos animais, perto de 750 milhões.

Apesar disso, o nosso grau de auto-provisionamento é de apenas cerca de 50%, lembra o presidente da Associação Nacional da Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo (ANPROMIS), em declarações à "Vida Económica" à margem do VII Congresso Nacional do Milho, que decorreu nos dias 17 e 18 de Fevereiro em Lisboa. Isto, apesar do enchimento do Alqueva, no Alentejo, que vai «disponibilizando áreas infra-estruturadas para rega a caminho dos 110 mil hectares».

[Ver artigo completo](#) ➔

#### VINHOS PORTUGUESES TÊM MARCA DE PROMOÇÃO EXTERNA

A promoção internacional de vinhos portugueses conta com a nova marca "Vinhos de Portugal/Wines of Portugal".

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, António Serrano, referiu que este "guarda-chuva" dos vinhos nacionais visa "alavancar as exportações dos vinhos portugueses. Temos tradição, história, vinhos e marcas de prestígio, mas havia a necessidade de trabalhar a internacionalização das marcas e dos vinhos portugueses". Esta nova marca pretende assim contribuir para o aumento de 10% nas exportações de vinhos lusos em cinco anos.

Serão disponibilizados 75 milhões de euros para promoção externa durante um período de cinco anos (2009-2013), dos quais foram gastos cinco milhões em 2009.

Esta verba deverá aumentar para o dobro com a comparticipação dos privados e entidades do sector em mais 75 milhões de euros, atingindo assim a verba disponível para a promoção dos vinhos de Portugal os 150 milhões de euros até 2013.



[Ver artigo completo](#) ➔

## Apoios Regionais

### NORTE

#### LANÇADO CONCURSO QUE GARANTE INVESTIMENTOS NA PROTECÇÃO CIVIL

A Comissão Directiva do ON.2 – O Novo Norte lançou no passado dia 5 de Fevereiro um concurso destinado a apoiar Associações Humanitárias de Bombeiros, Governos Cívicos e Municípios da Região do Norte que promovam investimentos na área da Protecção Civil.

O concurso, com uma dotação orçamental de 2 milhões de Euros, visa não só o reforço da arquitectura e desenvolvimento do sistema de informação de protecção civil nacional como também a aquisição de equipamentos operacionais, nomeadamente dispositivos pessoais de corporações de bombeiros para combate a incêndios urbanos.



Recorde-se que este aviso foi lançado para superar carências detectadas pela Comissão Directiva do ON.2 e identificadas pelos Governos Cívicos no que respeita à implementação, por parte da Protecção Civil, dos Planos Distritais de Emergência de Riscos Naturais e Tecnológicos, cuja cobertura na Região do Norte está também assegurada através do co-financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Fonte: <http://www.ccdr-n.pt/novonorte>

#### VALE DO AVE TEM PLATAFORMA EMPRESARIAL PARA "AFIRMAR" A REGIÃO

A Associação de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (ADRAVE) criou a Plataforma Empresarial Ave Compete, que tem como objectivo "afirmar a região como um território de excelência no domínio empresarial, cultural e social", explica, à "Vida Económica", fonte do organismo.



A mesma fonte acrescenta que aquela ferramenta "aposta em eixos estratégicos de intervenção, designadamente, na inovação organizacional, qualificação dos recursos humanos, internacionalização, qualidade, marketing, gestão estratégica, e cooperação entre os sectores público e privado".

A iniciativa foi lançada na Casa das Artes de Famalicão, no âmbito de uma sessão sobre o projecto QI PME NORTE/ADRAVE - 1ª edição, em que participaram 25 PME do Vale do Ave. O Projecto QI-Pme Norte-Qualificação e Inovação é desenvolvido no quadro de uma parceria entre a AIMinho, enquanto organismo intermédio, e a ADRAVE.

[Ver artigo completo](#) ➔

### CENTRO

#### CENTRO AGRO-ALIMENTAR É FUNDAMENTAL PARA CASTELO BRANCO

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, inaugurou na Beira Baixa o Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco (CATA-ACB), integrado no InovCluster, o Cluster Agro-Industrial da Região Centro, reconhecido em 2009 pelo Governo no âmbito do QREN. Num exclusivo à "Vida Económica" à margem do evento, o ministro da Agricultura, António Serrano, disse tratar-se de "uma nova forma de associar a agricultura à indústria, incluindo uma componente de investigação".

As instalações do CATAACB estão sediadas no parque industrial de Castelo Branco e resultam de uma parceria entre a Câmara Local e o Instituto Politécnico da cidade, também inserido no InovCluster, entretanto aprovado pelo Governo no âmbito das Estratégias de Eficiência Colectiva. Representa um investimento de quatro milhões de euros, financiados pela Câmara e pelo QREN, e dispõe de quatro secções laboratoriais, dotadas de tecnologias de análise e de apoio à investigação nas várias fileiras consideradas prioritárias na região: o azeite, o leite e lacticínios, a carne e derivados, a hortofruticultura e o mel.

O projecto envolve mais de 50 parceiros, entre autarquias, empresas do sector e instituições de investigação e ensino superior, e contará, numa primeira fase, com cerca de 12 técnicos, analistas e investigadores. Prestará, também, serviços de apoio à ASAE no domínio da segurança alimentar e, sobretudo, apoio às empresas agrícolas e agro-alimentares instaladas ou a instalar na região. Deverá começar a operar já em Março.

Trata-se de "um centro fundamental para o desenvolvimento regional, agregando massa crítica em torno dos produtos que são mais importantes nesta região, nomeadamente o azeite, que é fundamental. E é uma nova forma de associar a agricultura à indústria, incluindo aqui uma componente de investigação e, por isso, foi um investimento ponderado e apoiado pelo QREN e não no âmbito do PRODER", explicou o ministro da Agricultura à VE.

[Ver artigo completo](#) ➔

## Apoios Regionais

### INALENTEJO APOIA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DO SADO E MIRA E DO GUADIANA

O INALENTEJO está a apoiar a elaboração dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e do Guadiana. Estes Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH) são instrumentos de planeamento que têm como objectivo constituírem-se como base de suporte à protecção e valorização ambiental, social e económica das águas.

A candidatura apresentada pela Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P. foi aprovada no âmbito do Eixo 4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural, com um investimento elegível de 3 750 mil euros, e um co-financiamento FEDER de 2 250 mil euros.

Nos termos da Directiva-Quadro da Água - DQA (Directiva 2000/60/CE, de 23 de Outubro), cada Estado Membro deverá assegurar a elaboração de um plano de gestão para cada uma das Regiões Hidrográficas (RH).



O conteúdo dos PGBH deve englobar estudos de caracterização da situação actual e previsível em termos do estado das massas de água, a determinação e quantificação das relações causa-efeito entre as pressões e o estado das massas de água, os objectivos a serem alcançados, a identificação e caracterização das medidas necessárias para alcançar esses objectivos, incluindo ainda a respectiva avaliação de custos e viabilidade técnica, económico-social, a programação material, temporal e financeira dessas medidas e a concepção de um sistema de promoção, controlo e avaliação da aplicação do plano.

Assim, o objectivo central do processo de elaboração dos PGBH é conseguir que estes instrumentos de gestão da água contribuam para garantir que se alcançam os objectivos ambientais em 2015, como preconiza a DQA e a Lei da água.

Fonte: <http://www.ccdr-a.gov.pt>

### MADEIRA INVESTE 45 MIL EUROS EM PROMOÇÃO NA IRLANDA

A Associação de Promoção da Madeira (APM) está a desenvolver durante um mês uma campanha de promoção da Região na Irlanda, num investimento de 45 mil euros. A campanha, que se iniciou dia 15 de Fevereiro e se prolongará até 15 de Março, vai mostrar imagens da Madeira expostas em 125 laterais de autocarros da rede urbana de Dublin e em 120 posições de "muppies", distribuídos por centros comerciais

e estações de comboio, de acordo com um comunicado da APM.

A Associação pretende "incentivar as vendas junto do consumidor final e posicionar a Madeira como um destino de natureza, com bom clima durante todo o ano".

Recorde-se que a Sata Internacional tem um voo directo semanal entre Dublin e a Madeira desde Outubro de 2009.

### EFEITO DIFUSOR VALEU MAIS DE 75% DOS FUNDOS RECEBIDOS POR LISBOA

Só no final do primeiro ano de aplicação do QREN, a região de Lisboa captou fundos comunitários ao abrigo do regime do chamado "efeito difusor" no valor de 193 milhões de euros, dos quais 148 serão contabilizados como se tivessem sido investidos no Norte, Centro e Alentejo. Segundo dados do Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), a que a "Vida Económica" teve acesso, o valor total do investimento propiciado pelo uso do "efeito difusor" ascende a 418 milhões de euros.

Esta ferramenta de utilização terá sido negociada entre o primeiro Governo de José Sócrates e a Comissão Europeia. O seu pressuposto assenta no facto de que uma parte dos fundos comunitários dados pela União especificamente para desenvolver as três regiões mais pobres do país - Norte, Centro e Sul - pode ser aplicada em Lisboa, sob o argumento de que certos investimentos lá realizados têm efeitos benéficos sobre o resto do país. Em causa estão, sobretudo, gastos com a modernização da Administração Pública.



Ver artigo completo ➔

## CONCURSOS

### NORTE

➔ **AVISO**  
Valorização da Cultura e da Criatividade – Grandes Eventos: "Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012"  
Até 26/02/2010 (17h00)

➔ Referencial do Mérito do Programa de Acção

➔ **AVISO**  
Acção Específica de Valorização da Economia do Mar  
Até 01/03/2010 (17h00)

➔ Alteração do Aviso

➔ **AVISO**  
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções materiais  
Até 15/03/2010 (17h30)

➔ **AVISO**  
Promoção e Desenvolvimento da Rede Territorial de Agências de Energia:  
Até 30/04/2010

➔ **AVISO**  
Rede de Informação Turística do Pólo Douro CIT – Centros de Informação Turística do Douro  
Até 31/05/2010

➔ Orientações técnicas

➔ Referencial do Mérito da Candidatura Global

➔ **AVISO**  
Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística  
Até 02/07/2010

### CENTRO

➔ **AVISO**  
Economia Digital – Comurbeiras  
04/02/2010 a 05/03/2010

### ALENTEJO

➔ **AVISO**  
Promoção e Capacitação Institucional  
15/02/2010 a 01/03/2010

➔ Critérios de Selecção

## LEGISLAÇÃO

### AGRICULTURA

#### PRODER: Assistência Técnica

- Portaria n.º 94/2010, de 12 de Fevereiro (DR n.º 30, I Série, págs. 432 a 434) – Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida «Assistência Técnica» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER.

#### Apoio ao sector do leite

- Despacho normativo n.º 5/2010, de 16 de Fevereiro (DR n.º 32,

II Série, págs. 7084 a 7085) – Estabelece medidas específicas de apoio ao sector do leite.



### EMPREGO

#### Redução de 1% da taxa contributiva para a segurança social a cargo das entidades empregadoras

- Portaria n.º 99/2010, de 15 de Fevereiro (DR n.º 31, I Série, págs. 454 a 455) – Estabelece uma medida excepcional de apoio ao emprego para o ano de 2010 que se traduz na redução de um ponto percentual da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora.

### PESCAS

#### Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR)

- Portaria n.º 106/2010, de 19 de Fevereiro (DR n.º 35, I Série, págs. 477 a 479) – Altera o regime dos adiantamentos previstos nos regulamentos de execução do PROMAR aprovados por portaria, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 81/2008, de 16 de Maio.

## AGENDA

### MATHEMATICS IN INDUSTRY

**Data:** 26 a 30 de Abril, Universidade de Aveiro

**Contacto/Informações:** [esgi@mat.ua.pt](mailto:esgi@mat.ua.pt)

A 74ª edição dos European Study Groups with Industry irá ter lugar de 26 a 30 de Abril no Departamento de Matemática da Universidade de Aveiro.

O objectivo destes encontros é reforçar os laços entre a matemática e a indústria usando a matemática para resolver problemas das empresas apresentados pelos seus representantes e para os quais estes não possuem uma solução satisfatória.

Em muitos casos, os problemas propostos levam a uma colaboração entre a empresa em causa e elementos da comunidade matemática com vista à exploração e implementação de uma das soluções apresentadas.

Empresas participantes nos encontros anteriores incluem, por exemplo, Águas de Portugal (estimação da elasticidade do preço da Água), Biosafe (reciclagem de pneus), BRISA (tráfego automóvel), Critical Software (fiabilidade das avaliações preliminares em concursos), GROHE (logística em armazéns), REN (opptimização do funcionamento de centrais hidroeléctricas em cascata), SIBS (detecção de fraudes) e SONAE-Distribuição (gestão de excedentes de stocks).

O evento conta com o apoio da Agência de Inovação na divulgação da iniciativa junto das empresas.

Para mais informações sobre o funcionamento dos encontros e inscrições consultar a página do encontro, [aqui](#).

## Perguntas & Respostas

### QUEM SE PODE CANDIDATAR AO SISTEMA DE INCENTIVOS QUALIFICAÇÃO PME?

- Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica;

- Entidades públicas com competências específicas em políticas públicas dirigidas às PME, as associações empresariais e entidades do Sistema Científico e Tecnológico, no caso dos projectos conjuntos.

Fonte:

<http://www.incentivos.qren.pt>



## GESTÃO AMBIENTAL

### SINTONIZAR AMBIENTE E ESTRATÉGIA PARA O NEGÓCIO

#### Esta obra interessa a:

- Gestores de sistemas de Gestão Ambiental
- Gestores de topo com o pelouro do ambiente
- Engenheiros do ambiente
- Consultores na área do Ambiente
- Empresas que operam na gestão do ambiente

Autor: Carlos Pereira da Cruz  
Págs.: 432/(17 x 23,5)  
Preço: € 26 (IVA incl.)

- Como concentrar uma organização no que é essencial, alinhando os projectos de melhoria ambiental com a estratégia, os clientes-alvo e a proposta de valor, através de um sistema ambiental focado na acção?
- Como conciliar Ambiente e Negócio? Como pode o Ambiente ser trabalhado em sintonia e em sinergia com a estratégia para o negócio?
- Como encarar um sistema de gestão ambiental como um portefólio de projectos de melhorias?

Um livro onde encontra resposta a estas e muitas outras questões, tornando-o **um manual indispensável em qualquer Organização.**

## Indicadores Conjunturais do QREN

### Volume de pagamentos trimestral continua a aumentar

Durante o 4º trimestre de 2009 foram pagos aos beneficiários do QREN (a título de reembolso ou de adiantamentos) 484 M€ de fundos (um acréscimo de 29% face ao trimestre anterior), o valor trimestral mais elevado registado até ao momento.

Em final de Dezembro, o volume de pagamentos atingiu 2,1 mil milhões de euros (dos quais mais de 1,5 mil milhões foram efectuados durante o ano de 2009).

– 10% – no PO PH (16%), no PO FC (11%) e nos PO das Regiões Autónomas – PO Açores FEDER (20%), PO Açores FSE (14%), PO Madeira FEDER (12%) e PO Madeira FSE (17%).

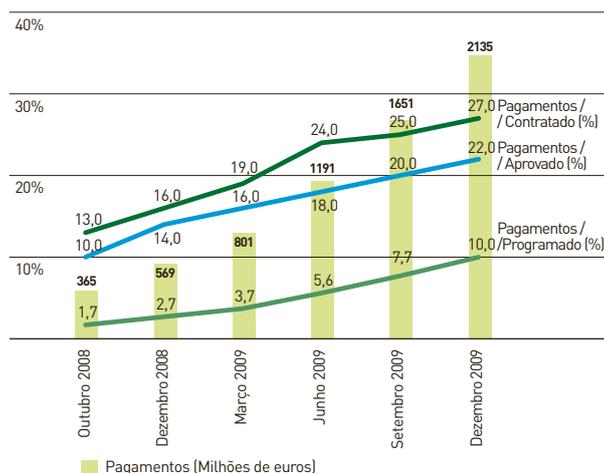
Os pagamentos sob a forma de adiantamentos à realização de despesa (modalidade complementar da forma mais tradicional de reembolso de despesas realizadas e efectivamente pagas pelo promotor) representam uma parte relevante

cativa respeitava a adiantamentos não certificáveis, ou seja, suportados pela tesouraria nacional.

Contudo, no último semestre assistiu-se a uma redução da relevância dos adiantamentos no volume de pagamentos (representavam 41% em Junho de 2009), em contrapartida de uma maior importância do processo mais tradicional de reembolso de despesas realizadas e efectivamente pagas pelo promotor.

Fonte: Boletim Informativo N.º 6 QREN (Informação reportada a 31 Dezembro 2009)

Evolução dos pagamentos  
(Outubro 2008 a Dezembro 2009)



Este volume de pagamentos QREN representa 27% dos fundos comunitários contratados, 22% dos fundos aprovados e 10% do total de fundos disponíveis no QREN para executar até 2015.

Analisando a evolução do rácio entre o nível de pagamentos e a programação, são visíveis na generalidade dos PO acréscimos relevantes no volume de pagamentos no 4º trimestre de 2009, com particular destaque para os PO Regionais e PO VT. No final de 2009, este rácio registava valores acima da média do QREN

do volume total de pagamentos, no essencial, fruto da concretização das medidas adoptadas pelo Governo visando a injeção de liquidez nos agentes (no quadro da resposta à crise). Esta relevância explica inclusivamente que a taxa de reembolso (relação entre pagamentos e despesa validada) seja superior a 100%, mais precisamente 108%. Os adiantamentos (certificáveis e não certificáveis, incluindo nestes últimos os pagamentos contra factura) representavam, no final de Dezembro, cerca de 1/3 do volume total de pagamentos, sendo que uma parte muito signifi-

## DOCUMENTOS

### LISTA DE PROJECTOS APROVADOS

Consulte através do link em baixo a lista dos projectos homologados pelas Autoridades de Gestão, no âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN.

Data da lista: 31 de Janeiro 2010.

Ver Documento

**Procura um meio para financiar as suas actividades? Não procure mais, já encontrou.**

**GarantiaMútua**  
Cresça connosco.

**NORGARANTE** - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.  
Agências: Vila Real, Bragança, Vila Verde, Trás-os-Montes, Aveiro, Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Fafe, Barcelos, Vila Real, Bragança, Vila Verde, Trás-os-Montes, Aveiro, Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Fafe, Barcelos.

**GARVAL** - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.  
Agências: Santarém 243 356 370 | Leiria 244 850 190 | www.garval.pt | garval@garval.pt

**LISGARANTE** - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.  
Agências: Lisboa 217 520 760 | Algarve 289 896 710 | Madeira 291 215 490 | www.lisgarante.pt | lisgarante@lisgarante.pt

**NORGARANTE** - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.  
Agências: Porto 226 061 800 | Aveiro 234 373 020 | Braga 253 202 590 | Viseu 232 457 310 | www.norgarante.pt | norgarante@norgarante.pt

**AGROGARANTE** - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.  
239 854 310 | www.agrogarante.pt | agrogarante@agrogarante.pt

**AGROGARANTE** - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.  
Agências: Santarém 243 356 370 | Leiria 244 850 190 | www.garval.pt | garval@garval.pt

**LISGARANTE** - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.  
Agências: Lisboa 217 520 760 | Algarve 289 896 710 | Madeira 291 215 490 | www.lisgarante.pt | lisgarante@lisgarante.pt

**NORGARANTE** - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.  
Agências: Porto 226 061 800 | Aveiro 234 373 020 | Braga 253 202 590 | Viseu 232 457 310 | www.norgarante.pt | norgarante@norgarante.pt

**AGROGARANTE** - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.  
Sector Agro-Industrial em todo o País

800 244 245  
www.garantiamutua.com

### FICHA TÉCNICA

Coordenador: Tiago Cabral

Colaboraram neste número: João Luís de Sousa, Marc Barros, Marta Araújo, Paula Velez, Pedro Campos, Pedro Marques, Teresa Silveira

Dicas & Conselhos: Sibec - Soc. Ibérica de Economia

Paginação: José Pinto

Newsletter quinzenal propriedade da Vida Económica - Editorial SA

R. Gonçalo Cristóvão, 111, 6.º esq. • 4049-037 Porto • NIPC: 507258487 • www.vidaeconomica.pt